



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

**Processo:** 0002801-33.2013.8.06.0116 - **Apelação Cível**

**Apelantes:** Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S/A e  
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

**Apelado:** Maria de Fatima da Silva Rodrigues

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ADEQUAÇÃO. AFERIÇÃO DO PERCENTUAL DA LESÃO FEITA PELO JUÍZO. *ERROR IN PROCEDENDO*. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O PROSSEGUIMENTO DA LIDE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

1) A contenda instaurada em sede processual busca a reforma da sentença que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT, julgou parcialmente procedente o pleito autoral, condenando as Seguradoras ao pagamento da quantia de R\$ 3.375,00 ( três mil, trezentos e setenta e cinco reais), em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei 6.194/74.

2) O cerne da questão consiste em analisar o argumento recursal quanto a necessidade da realização de perícia médica para quantificar a extensão das lesões.

3) Na espécie o julgamento da matéria, ante a ausência de laudo elaborada por perito, enseja a nulidade do decisório, porquanto era necessário se aferir o nível da lesão, tendo em vista que o adimplemento desta indenização deve ocorrer de modo proporcional.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

4) Dessa forma, ocorreu cerceamento de defesa no caso concreto, sendo necessário o acolhimento da apelação para se desconstituir a sentença com escopo de assegurar aos litigantes, em especial às apelantes, a produção de provas.

5) Como se sabe, o *error in procedendo* é um vício de atividade, de natureza formal, que torna inválido o ato judicial recorrido. Assim, inexistindo a produção de provas, resta configurado o erro de procedimento, gerando, por consequência, a nulidade da sentença, restituindo-se o feito à vara de origem para que seja observado o procedimento, previsto no CPC, sob pena de violação ao princípio constitucional do devido processo legal.

6) Recurso conhecido e provido. Sentença anulada.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos nº: 0002801-33.2013.8.06.0116, acorda a 4ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do Recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2022.

MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

Presidente do Órgão Julgador

DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO

Relator



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo Bradesco Auto/RE Cia de Seguros e pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT, em face da Sra. Maria de Fátima da Silva Rodrigues, visando reformar a sentença lavrada pelo Douto Juízo da 2ª Vara da Comarca de Boa Viagem/CE.

Para melhor elucidação dos fatos, explico.

Na petição inicial (fls. 03/08), a requerente postulou a gratuidade judiciária, o pagamento de indenização no valor de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais), a cópia do processo administrativo, a aplicação subsidiária da tabela introduzida pela Medida Provisória nº 451 ao art. 3º da Lei 6.194/74 e a condenação ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

Na sequência, o pedido foi julgado procedente pelo Magistrado *a quo*, nos seguintes termos, conforme fls.132/133:

*"ISTO POSTO, resolvo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015, JULGANDO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, condenando a ré ao pagamento de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), em conformidade*



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

*com o disposto no artigo 3º da Lei 6.194/74. -Em face da sucumbência recíproca, condeno o promovido nas custas processuais, cuja base de cálculo será o valor da condenação, conforme gradação disposta na Tabela I do anexo único da Lei estadual n.º 16.132/2016 . - O autor fica dispensado do pagamento das custas em face da gratuidade judiciária deferida (§ 3.º do art. 98 do CPC). - Condeno o réu no pagamento ao advogado do autor dos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, o que faço com arrimo no § 2.º do art. 85 do CPC. - Condeno o autor no pagamento ao advogado do réu dos honorários de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre a diferença do valor da causa e o valor da condenação, mas cuja cobrança ficará suspensa por até 5 (cinco) anos na forma do § 3.º do art. 98 do CPC. Fica vedada a compensação (§ 14, parte final)."*

Na Apelação de fls.153/158, a Bradesco Auto/RE Cia de Seguros e Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A pleiteiam a modificação do *decisum*, ao argumento de que: *"NÃO HÁ QUE SER ACOLHIDO O VALOR A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO CONFORME DETERMINOU A SENTENÇA, VEZ QUE NÃO HÁ LAUDO JUNTADO AOS AUTOS. CONFORME SE INFERE DO JULGADO, A LESÃO E A QUANTIFICAÇÃO FORAM REALIZADAS PELO JUÍZO, SENDO CERTO QUE ESTE NÃO POSSUI EMBASAMENTO TÉCNICO PARA TANTO, O QUE IMPÕE A NECESSIDADE DE*



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

*PRODUÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA PARA AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO DAS LESÕES."* (sic) (fls.155)

Devidamente intimada, conforme certidão de fls 164, a Sra. Maria de Fatima da Silva Rodrigues não apresentou contrarrazões.

Quanto a Procuradoria Geral de Justiça, esta apresentou seu parecer, conforme se afere às fls 171 a 177, opinando pelo conhecimento e provimento do presente recurso, para que seja anulada a sentença e a devolução dos autos a origem para a realização da perícia pelo Instituto Médico Legal.

É o Relatório, no que é essencial.

**VOTO**

Presentes os pressupostos recursais de admissibilidade intrínsecos (legitimidade, interesse, cabimento e inexistência de fato impeditivo e extintivo) e extrínsecos (tempestividade e regularidade formal), conheço o recurso.

Eminentes pares, de acordo com o que fora relatado, a contenda instaurada em sede processual busca a reforma da sentença que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT, julgou parcialmente procedente o pleito autoral, condenando as Seguradoras ao pagamento da quantia de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), em conformidade com o disposto no artigo 3º da Lei 6.194/74.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

O cerne da questão consiste em analisar o argumento recursal quanto a necessidade da realização de perícia médica para quantificar a extensão das lesões.

Com efeito, assiste razão à parte quando aponta à necessidade de anulação do decisório, porquanto é imperiosa a realização da prova pericial que deverá avaliar o grau de repercussão da perda ao sinistrado, uma vez que as apelantes pretendem que seja verificado se o pagamento proporcional se fez de forma escorreita. Esta, outrossim, é a opinião do colendo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme Ementa, *ex extenso*:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO- DPVAT- PROVA PERÍCIAL - NECESSIDADE - CERCEAMENTO DEFESA - OCORRÊNCIA. Na ação de cobrança do seguro DPVAT, é imprescindível a realização de perícia médica para se apurar o grau de invalidez da vítima de acidente de trânsito, pois é esta prova que permite o cálculo do valor da indenização devida.**

(TJMG - Apelação Cível 1.0000.22.161942-2/001, Relator(a): Des.(a) Newton Teixeira Carvalho, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/10/2022, publicação da súmula em 07/10/2022)

Na espécie o julgamento da matéria, ante a ausência de laudo elaborado por perito, enseja a nulidade do decisório,



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

porquanto era necessário se aferir o nível da lesão, tendo em vista que o adimplemento desta indenização deve ocorrer de modo proporcional.

Sobre o assunto segue o posicionamento deste Tribunal de Justiça, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA IMPROCEDENTE. INEXISTÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. ERRO DE FATO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. No caso, o juízo de piso incorreu em erro de fato ao concluir pela improcedência do pedido, julgando o mérito da ação, pois, para alcançar a conclusão mencionada, partiu de premissa fática equivocada, qual seja, a realização de perícia médica. Ao percorrer as peças processuais, não se encontra nenhum registro de realização da perícia médica mencionada, nem mesmo laudo conclusivo de tal perícia. 2. **Nesse contexto, verifica-se que a ausência de perícia nada permite inferir sobre a invalidez alegada pelo promovente, impossibilitando, em consequência, o exame de mérito do pedido inicial.** 3. A anulação da sentença é medida de se impõe, além do retorno dos autos à origem, a fim de que seja realizada perícia médica na lesão alegada pelo promovente. 4. Recurso conhecido e provido. (Apelação Cível -



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

0139827-88.2017.8.06.0001, Rel. Desembargador(a)  
BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA PORT. 1935/2022, 3ª  
Câmara Direito Privado, data do julgamento:  
05/10/2022, data da publicação: 05/10/2022)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA LIMINARMENTE IMPROCEDENTE. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, ACESSO À JUSTIÇA, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. ART. 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 1º, 3º, 7º E 9º DO CPC. INVALIDEZ PERMANENTE. POSSIBILIDADE DE GRADAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL. NECESSIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula nº 474, do STJ). 2. O Instituto Médico Legal com jurisdição no local do acidente deverá quantificar as lesões sofridas pela vítima, tornando-se, desde então, essencial à aferição do grau do dano, de acordo com o art. 5º, §5º, da Lei nº 6.194, de 19/12/1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

transportadas ou não." 3. Não havendo prova acerca da extensão dos danos sofridos pela vítima é imprescindível a sua constatação pela via legalmente estabelecida a fim de apurar o valor devido, situação que torna a realização de perícia médica indispensável ao arbitramento do valor da indenização do seguro DPVAT. Incidência dos princípios e das regras constitucionais inerentes ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório (art. 5º, LIV e LV, da CRFB), das normas fundamentais do processo civil (arts. 1º, 3º, 7º e 8º do CPC) e do direito à ampla produção de provas (art. 369 do CPC). 4. Recurso conhecido e provido para anular a sentença, determinando-se o retorno dos autos ao juízo de origem. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os(as) Desembargadores(as) da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, determinando a nulidade da sentença com retorno dos autos à origem, nos termos do voto do Relator.

(Apelação Cível - 0200104-25.2022.8.06.0121, Rel. Desembargador(a) ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, 3ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 27/07/2022, data da publicação: 28/07/2022)

Verifica-se que ocorreu cerceamento de defesa no caso



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

concreto, sendo necessário o acolhimento da apelação, para se desconstituir a sentença, com escopo de assegurar aos litigantes, em especial às apelantes, a produção de provas. Subsistindo nos autos fatos controvertidos, é de ser oportunizada a produção de indícios que possam contribuir para a elucidação da matéria, até mesmo de ofício.

Como se sabe, o *error in procedendo* é um vício de atividade, de natureza formal, que torna inválido o ato judicial recorrido. Assim, inexistindo a produção de provas, resta configurado o erro de procedimento, gerando, por consequência, a nulidade da sentença, restituindo-se o feito à vara de origem para que seja observado o procedimento, previsto no CPC, sob pena de violação ao princípio constitucional do devido processo legal.

Vale dizer, ainda, que "*O princípio do livre convencimento do juiz não pode atropelar o princípio do devido processo legal, de dignidade constitucional, sendo descabido o desprezo da pretensão de se produzir prova testemunhal requerida, tida como necessária para a demonstração do fato constitutivo do direito postulado*" (STJ, REsp. 159.347/PE, 6ª Turma, Rel.: Min. Vicente Leal, j. em 05/03/1998, DJ: 30/03/1998, p. 185).

Desse modo, não há como manter a decisão definitiva de mérito de primeiro grau, porquanto contrária ao entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual "*é válida a utilização de tabela para redução proporcional do pagamento*



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**

*DPVAT, em situações de invalidez parcial"* (REsp 1.101.572/RS, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 16.11.2010).

Tal entendimento restou sedimentado na Súmula 474, do Excelso Superior Tribunal de Justiça, que dispõe:

Enunciado: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Assim, faz-se notória a sedimentação jurisprudencial, com a aplicação da melhor técnica. Inclusive, forçoso destacar que a perícia é essencial para o deslinde da *quaestio*.

Ante o exposto, posiciono-me pelo conhecimento e provimento do presente recurso para anular a sentença vergastada e determinar o retorno dos autos ao juízo da primeira instância para produção da prova pericial e o consequente prosseguimento regular do feito.

É como voto.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2022.

**José Evandro Nogueira Lima Filho**

Desembargador Relator